

## A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR

*Lidianne Rodrigues<sup>1</sup>*

*Marijara de Lima<sup>2</sup>*

*Márcia Cristina Hizim Pelá<sup>3</sup>*

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados da Oficina “Etnia através da arte” que foi ministrada nos Colégios Estaduais Professora Alzira Alves de Queirós e Colégio Estadual João Barbosa Reis, ambos em Aparecida de Goiânia-GO. As oficinas fazem parte do projeto de Pesquisa, Educação e Arte: contribuições para a melhoria da vida nas cidades do Grupo Poli(S)ínteses e tiveram como objetivo principal ressaltar a importância de se defender a etnia enquanto ponto primordial para que os estudantes se encontrem em meio a sociedade. Deste modo, apresenta uma reflexão, a partir do âmbito escolar, entre racismo, identidade, infância e sociedade.

**Palavras - chaves:** Educação. Etnia. Racismo na Escola. Raça. Identidade.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relato de pesquisa foi escrito a partir dos resultados de uma pesquisa e da realização de oficinas com alunos de escolas da Rede Estadual da cidade de Aparecida de Goiânia-Go, desenvolvidas sob a supervisão da professora Doutora Márcia Cristina Hizim Pelá e do Grupo Poli(S)ínteses, da Faculdade Alfredo Nasser, com o objetivo de compreender a ligação da educação com a cidade e como os estudantes se vêm neste contexto.

A metodologia da pesquisa foi a aplicação de um questionário socioeconômico e cultural que buscou perceber a realidade de vida dos alunos destas escolas. Após a sondagem, o Grupo Poli(S)ínteses contou com a parceria da SBPC/GO - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Regional Goiás, que possibilitou, por meio do “Projeto SBPC vai à

---

<sup>1</sup> Graduanda do 5º período do curso de História da Faculdade Alfredo Nasser e pesquisadora do PoliSíntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades.

<sup>2</sup> Professora Especialista do Núcleo de Educação à Distância da Faculdade Alfredo Nasser e pesquisadora do PoliSíntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. Email: marijara@unifan.edu.br

<sup>3</sup> Professora Doutora no Instituto Superior de Educação da Faculdade Alfredo Nasser e coordenadora do PoliSíntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail: marcia.pela@gmail.com.

Escola”, a realização de oficinas para as crianças das escolas participantes. Os resultados da pesquisa geraram oficinas desenvolvidas pelos membros do grupo, a partir da sua área de conhecimento, que abordaram as seguintes temáticas: etnia, gênero e cartografia. O Grupo Poli(S)ínteses é um grupo transdisciplinar de estudos e pesquisas em educação e cidades e tem por objetivo realizar, por meio de projetos e ações, a conexão entre a produção dos conhecimentos científicos e o saber escolar, por meio de cursos e ações de extensão, tendo a relação entre teoria e prática como o seu principal aporte didático-metodológico.

### **A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO IDENTIDADE: DA SOCIEDADE À ESCOLA**

De acordo com Melucci (2004, p. 50) *apud* Vinholes (2012, p. 3) “a identidade define a nossa capacidade de se reconhecer e de ser reconhecido”. Assim, é de grande relevância ressaltar que o conceito de identidade não se limita a uma definição única e estanque, tendo em vista que está atrelada à uma interpretação e vivência da realidade, por meio de um processo de representação simbólica, com o objetivo de compreender as diversas posições de pertencimento no mundo.

Concomitante a isso, a construção da identidade, tanto individual quanto coletiva, evidencia-se como um fator essencial, bem como o resultado do processo de socialização que habilita cada pessoa a relacionar-se, a interagir de forma socialmente aceitável com os outros, no grupo humano "a que pertence".

Frente a esta realidade, encontra-se a discussão acerca do racismo e a busca pelo seu combate, que confronta-se com uma questão que, mesmo sendo algo que está no alvo de ações humanistas, raramente chega a ser equacionada: o processo de apropriação e administração da diferença na construção da própria identidade, individual e de grupo. Essa questão deverá assumir, para tanto, um papel essencial na definição de estratégias, tanto nas instituições escolares quanto na sociedade como um todo.

Em consonância com esta reflexão está a atitude discriminatória em relação a pessoas diferentes, em se tratando especificamente de sua cor, e o que se percebe atualmente, é que vivemos em uma sociedade que está em uma constante tentativa de apenas indenizar aqueles que foram os maiores atingidos, e que se recusa a assumir que ainda exista racismo. Pouco se vê, no entanto, medidas realmente efetivas em relação aos descendentes daqueles que estavam aqui após o “fim da escravidão”. O que ocorreu depois, foi o processo de recusa da culpa por milhões de vidas que foram ceifadas durante mais de 350 anos de escravidão no Brasil. O povo

negro brasileiro, ainda possui profundas sequelas desse tempo, e mesmo afirmando que não, a memória de anos passados perpassa geração após geração, e deixa marcas profundas, principalmente nas crianças que sofrem racismo.

No que tange às instituições escolares, por exemplo, quando se vê algo sobre a África ou o Afro-Brasileiro é justamente na linha folclórica, a qual tira todo o sentido daqueles que sempre se viram dentro da perspectiva africana, como os mestres de capoeira, capitães de congada, zeladoras de santo, dentre outros. É válido ressaltar que, apesar de estar em solo brasileiro a perspectiva e a conexão com a África não é inexistente, o que pressupõe que tratar como iguais os desiguais é maldade. Brasileiro (2001) destaca que tratar cultura africana como folclore é marginalizar e deslegitimar a identidade do povo negro colocando-a numa posição de fantasia e misticismo.

Quando uma criança negra se enxerga diante de tantas estruturas racistas e compreende que a escola é só mais uma peça que contribui para o racismo, se vê de “pés e mãos atadas” e respondendo, quase que automaticamente, “preto não, moreninho”. Essa postura não pode ser encarada apenas como uma recusa, mas também como um mecanismo de fuga. Por essas e outras que não se pode acusar o negro de ser racista, pois na realidade ele apenas tenta entrar no mundo branco pra não se sentir oprimido, como se esta fosse mais uma tentativa de fechar os olhos para as questões raciais e se sentir um pouco mais seguro.

Deste modo, percebe-se que,

A teoria pedagógica moderna continua apegada a essa visão inferiorizante dos educandos, povos a colonizar/educar. Visão que lhe é configurado. Logo sua resistência a reconhecer e incorporar a diversidade de experiências e suas práticas educativas vindas de seres/coletivos decretados inferiores. Até as infâncias e adolescências populares. (ARROYO, 2014).

Segundo o Artigo 1º, Parágrafo 2º da Lei 11.645, que está em vigor desde 10 de Março de 2008, “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (NR)”, e determina ainda, segundo orientações do Art. 26-A. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Porém, muitas vezes isso não é colocado em prática da forma correta, e quando há tentativa de que a mesma seja cumprida

é feita de maneira esdrúxula e preconceituosa, tratando as danças e ritos africanos, erroneamente, como algo maligno e sem fundamentos, ou mostrando as culturas como folclore.

No âmbito escolar, infelizmente, ainda é fácil perceber ao folhear os livros didáticos, que estes não trazem muita visibilidade à população negra, e quando uma criança visivelmente negra se denomina morena ou parda, carrega consigo o desejo de não pertencer a um grupo marginalizado, mas sim ao grupo contrário. Como muitas vezes se percebe, o branco é associado ao belo, ao bom e o negro é justamente o contrário, e isso se evidencia nas expressões impregnadas no vocabulário popular, como “viúva negra”, “magia negra” e até expressões cotidianas como “nego mata” ou “nego rouba”, e, portanto são exemplos do quanto o racismo ainda é presente no dia a dia.

Esse mesmo sistema que, por vezes, não permite que a população negra deixe de se sentir inferior, estabelece uma relação de poder entre dominador e dominado, e ainda é a causa do dilaceramento das mentes do povo negro. É aí que o racismo age de maneira mais forte, e é na escola que isso se reforça mais ainda, fazendo com que a criança pense que o problema é com ela, se martirizando, mutilando, recusando a sua ancestralidade negra.

A escola, para tanto, precisa entrar em um processo de valorização do negro, de contar não só as mazelas da história dos negros, mas mostrar a cultura, e sua estética mostrando que o cabelo e os demais traços são fatores importantes e que também são bonitos. No ambiente escolar ainda existe uma pedagogia que busca a manutenção da hegemonia branca, desenvolvida para que o dominado permaneça nessa condição, e de acordo com Arroyo (2014), “O sistema não está preocupado em fazer com que se criem novas pedagogias justamente para que não se formem novos sujeitos”.

Trazer iniciativas do seguimento negro pra que eles se sintam pertencentes a algo seria a “salvação” para os excluídos. Passar pela fase da escola, para uma grande maioria das crianças negras, não tem sido uma experiência boa. Essa pedagogia, por vezes, tem sido muito prejudicial a essas crianças, que acabam sempre tentando se camuflar quando não se pode usar chapinha, se utilizando da água para abaixar o cabelo a fim de que não pareça tão estranha diante dos colegas. Em conformidade com esta reflexão, pode-se afirmar que,

Para o aluno, importa ter segurança da aceitação de suas características, ter disponível a abertura para que possa dar-se a conhecer naquelas que sejam experiências particulares suas ou do grupo humano a que se vincule e receber incentivo para partilhar com seus colegas a vivência que tenha fora do mundo da escola, mas que possa ali ser referida, como contribuição sua ao processo de aprendizagem. Resumindo, trata-se de oferecer à criança, e construir junto com ela, um ambiente de

respeito, pela aceitação; de interesse, pelo apoio à sua expressão; de valorização, pela incorporação das contribuições que venha a trazer (BRASIL, 2000, p. 54).

Os reflexos, portanto, são percebidos na sociedade, no chão da escola, na cadeia, no mercado de trabalho e no próprio cemitério, e neste contexto, urge a necessidade das Políticas Públicas para a reparação da dignidade ir além do oferecimento de cotas. Deve-se ter sempre a percepção de que pra saber onde se quer chegar, o sujeito precisa primeiramente se reconhecer enquanto pessoa e pertencente à sociedade em que se está inserido, ou seja, se reconhecer. Essa dificuldade das crianças em saber quem elas são, bem como assumir a sua condição, se dá pelos pré-julgamentos e os pré-conceitos já preestabelecidos pela sociedade. É preciso retirar esses julgamentos, esses pré-conceitos para que não se condene as futuras gerações aos mesmos fins que as atuais, e para que futuramente negros não se sintam tão oprimidos a ponto de quererem lavar as suas peles até ficarem brancas, e que a escola traga uma nova pedagogia pra esses novos sujeitos, e que no fim de cada dia eles possam se olhar no espelho e se sentirem realmente pertencentes a algo.

## **A ETNIA NA ESCOLA: O RECONHECIMENTO DO SUJEITO E DA SUA IDENTIDADE**

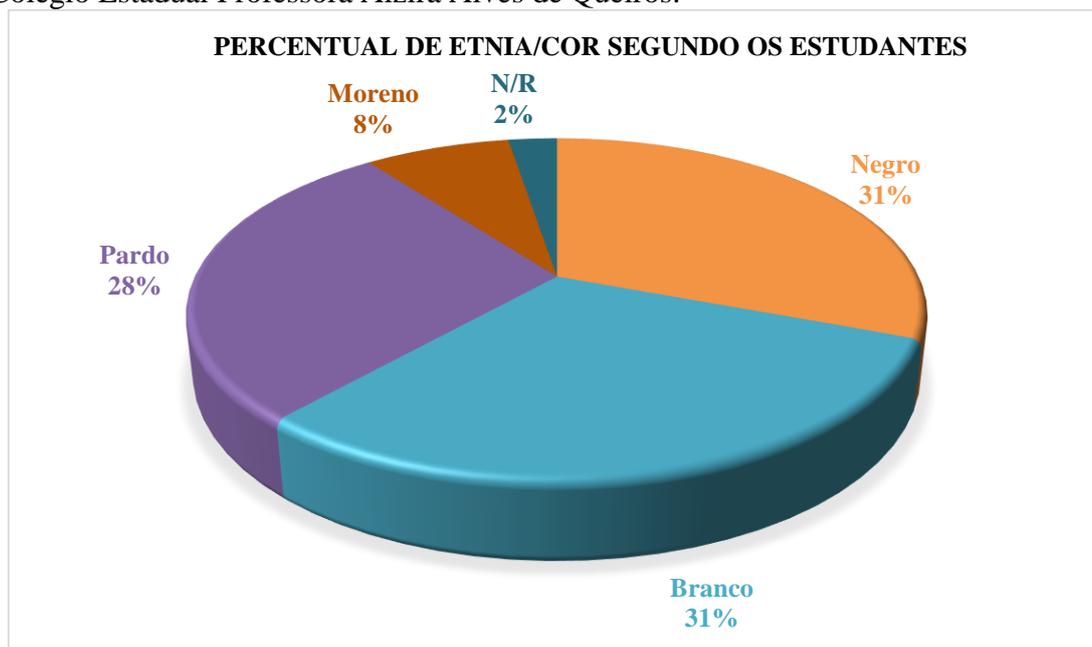
Com o objetivo de possibilitar a discussão sobre quais são os motivos para que os estudantes recusem a sua identidade enquanto negros, e qual é o papel da escola no que tange à mediação de conhecimentos e de culturas neste âmbito, este tópico trás à tona uma reflexão, pautada em dados empíricos, sobre os resultados obtidos após realização da pesquisa, e posteriormente, da oficina “Etnia através da arte”, realizada no Colégio Estadual Professora Alzira Alves de Queirós, localizado no Jardim Tropical na periferia de Aparecida de Goiânia.

Com o questionamento sobre a etnia foi possível perceber que muitos dos estudantes hesitavam em responder, e quando o mesmo era negro além de demonstrar certa insegurança, procurava uma forma mais “aceitável” para escrever no papel fazendo então com que surgissem muitas variações nos quantitativos da pesquisa.

Abaixo, segue o gráfico referente ao percentual de etnia/cor dos estudantes do Colégio Estadual Professora Alzira Alves de Queirós, onde se explicita qual é a possível porcentagem em relação a etnia nesta instituição de ensino.

Gráfico 1 - Gráfico de percentual de etnia/cor segundo os estudantes do

Colégio Estadual Professora Alzira Alves de Queirós.



**Fonte:** Arquivo de pesquisa Poli(s)íntese, 2017.

Os resultados da pesquisa no Colégio Estadual Professora Alzira de Queirós mostraram que 8% dos estudantes se consideram morenos, 31% negros, 28% pardos, 31% brancos e 2% não responderam. Ao analisar os dados e fazer um cruzamento com a pesquisa empírica, que se deu no processo de aplicação do questionário, pôde-se perceber que todos os que responderam ser morenos, são na verdade negros, e de acordo com o quantitativo da raça, o IBGE considera que os pardos também são negros, totalizando, portanto 59% dos nossos entrevistados.

A oficina denominada “Etnia através da arte”, nesta circunstância, tinha o intuito de promover a valorização do ser negro e a partir dali, o estudante que outrora respondeu o questionário como moreno ou pardo se identificasse negro a partir dali. A primeira etapa da oficina era a demonstração das principais características de cada etnia e suas respectivas histórias. Com o auxílio de fotos e vídeos o objetivo era de que eles reconhecessem não só os seus traços, mas os de outras etnias para assim contribuir no processo de identificação.

Foto 1 - Estudantes assistindo vídeos sobre a história das etnias.



**Fonte:** Arquivo Pessoal Lidianne Rodrigues, 2017.

Inicialmente, foram utilizados vídeos e imagens de indígenas, negros e brancos, e a partir disso, listou-se juntamente com os alunos, as principais características de cada etnia. Na segunda etapa cada criança se identificou a partir de suas características com a ajuda de um espelho, e este era justamente o principal objetivo.

Foto 2 - Estudantes identificando a sua etnia com o auxílio de um espelho.



**Fonte:** Arquivo Pessoal de Marijara de Lima, 2017.

Depois de se identificarem, o próximo objetivo era que os mesmos pegassem elementos da cultura a qual pertencessem e usassem, assim, foi proposta a pintura corporal que atendesse a negros e índios. E foi o que ocorreu na terceira e última etapa da oficina, de modo que, ao som de um cantor negro falando sobre questões de pele, se pintaram com pinturas tribais de várias tribos africanas, conforme explicitado na foto 3.

Foto 3 - Pinturas corporais realizadas pelos

estudantes.



**Fonte:** Arquivo Pessoal Marijara de Lima, 2017.

Foto 4 - O olhar dos estudantes sobre as suas identidades.



**Fonte:** Arquivo Pessoal Lidianne Rodrigues, 2017.

A foto 4 retrata o resultado da oficina, onde os estudantes escolheram se pintar e relataram ter gostado muito do que aprenderam. Todos os objetivos propostos foram alcançados. Deste modo, percebe-se cada vez mais que, iniciativas para a valorização dessas etnias fundamentais para a construção da identidade das crianças, e a escola é um espaço privilegiado para este fim.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou responder a algumas indagações como, por exemplo: Qual a visão que o estudante tem dele mesmo? Em que a escola contribui para essa visão que ele tem, e o que ele entende em todo esse processo? A oportunidade de realizar essa pesquisa por meio do Poli(S)ínteses, e assim, fazer uma devolução pra comunidade envolta no processo, foi muito gratificante, tanto para quem realizou a pesquisa, como para os estudantes sujeitos da pesquisa. Tal movimento motiva-nos a buscar uma nova metodologia de ensino que permita ensinar de maneira consistente, contextualizada e significativa.

Realizar pesquisas no campo da educação é um trabalho sempre importante, pois as iniciativas nesse sentido promovem um maior conhecimento por parte dos profissionais e dos futuros profissionais da educação, e em contrapartida uma maior interação dos estudantes que passam a desenvolver atividades atípicas no seu cotidiano. Nesse processo, ao levar o aprendizado que a pesquisa empírica proporciona, surgem respostas e com elas novas perguntas, o que possibilita seguir contribuindo de alguma forma com o processo educativo e com os sujeitos que fazem parte dela.

**Abstract:** The present work is to present the results of the Workshop "Ethnicity through art" that were taught in the State Colleges Professor Alzira Alves de Queirós and João Barbosa Reis, both in Aparecida de Goiânia-GO. The workshops are part of the Research, Education and Art project: Contributions for the improvement of life in the cities of the Integral Poli (S) group and had as main objective to emphasize the importance of defending the ethnicity as a primordial point so that the students are in To this society. In this way, the work presents a reflection, from the school scope, between racism, identity, childhood and society.

**Keywords:** Education. Ethnicity. Racism in School. Race. Identity.

## REFERENCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos outras pedagogias**. 2 ed. Petrópolis: Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>> Acesso em 30 de junho de 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez, 1996. Site: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)> Acesso em: 04 de setembro de 2017.

BRASIL. **Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VINHOLES, Aline. **Gênero e identidade: reflexões sobre o contexto escolar**. Disponível em: <file:///C:/Users/Mari/Downloads/2216-6670-1-PB.pdf > Acesso em 05 de setembro de 2017.